

V Encontro Nacional Sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica

23 a 25 de Julho de 2017

GT: 07:

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NAS MODALIDADES DIFERENCIADAS DE ENSINO

A SITUAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO NO MARANHÃO

Gamaliel da Silva Carreiro

Prof. Dr. Departamento de Sociologia e Antropologia

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO

O presente trabalho tem o objeto de análise o campo do ensino de sociologia no nível médio no Estado do Maranhão. Discute-se o precário quadro de professores formados na área e sua desproporcional distribuição no território maranhense; constata-se o aumento na demanda por estes profissionais na rede pública e o aumento do interesse por esta formação; apresentamos os dados sobre a ampliação da oferta de vagas com o surgimento de novos cursos no interior do Estado. Examinaremos as elevadas taxas de abandono e retenção nos cursos e, conseqüentemente os baixos números formados. Perpetuam-se ainda a existência de enormes áreas no Estado sem um único profissional atuando como professor de sociologia. Contrariamente, em outras regiões, como a capital do Estado, encontramos profissionais desempregados.

O presente texto propõe discutir a situação do ensino de sociologia no nível médio no Estado do Maranhão, enfatizando problemas como: o precário quadro de professores formados na área atuando e sua desproporcional distribuição no território; o aumento da demanda nas escolas públicas; o aumento da oferta de vagas e novos cursos que formam licenciados em Ciências Sociais (CS) ou sociologia, especialmente a partir de 2009. Como pano de fundo da reflexão tentamos perceber o impacto social, especialmente no que tange a mudança de status da disciplina no Ensino Médio, quando há docentes com formação específica ministrando a disciplina. Antes, porém, importa fazer, minimamente, uma contextualização da situação nacional da disciplina em questão.

Os dados levantados pelo MEC em 2008¹ informavam que saíam das Instituições de Ensino Superior brasileiras 2.884 novos professores de Filosofia e 3.018 de Sociologia, número que, conforme o próprio Ministério da Educação, são insuficiente para atender as 24.131 escolas de ensino médio do país. A solução implementada pelas escolas públicas, diante da falta de profissionais no mercado ou no quadro de professores na rede pública, foi apelar para docentes de outras áreas, o que comprometeu a formação do aluno e a qualidade do que era ensinado. O levantamento realizado em 2008 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), responsável pela formação docente, indicou que o Brasil possuía 31.118 profissionais ministrando aulas de Filosofia e 20.339 de Sociologia, número

¹ 2008 fora o ano em que Sociologia e Filosofia retornaram como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio no País.

bem abaixo do ideal. Para este órgão do governo, seriam necessários 107.680 docentes em cada uma das disciplinas para atender à nova demanda. Na época da pesquisa, 88% dos docentes que ministravam sociologia nas escolas públicas brasileiras não possuíam formação em Ciências Sociais. Na Filosofia, a porcentagem era de 77% no mesmo período.

Sociologia e Filosofia talvez sejam as disciplinas em pior situação, mas, de um modo geral, muitas outras áreas de conhecimento no ensino médio vivenciam problemas semelhantes, entre elas; química, física, artes, biologia, matemática, educação física, entre outras.

1. A VOLTA DA SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA NO ENSINO MÉDIO

Após 37 anos fora do currículo escolar, em 2008 Sociologia e Filosofia voltam ao currículo nas escolas públicas. Uma mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação determinou que as matérias fossem inseridas em todas as séries do ensino médio em caráter obrigatório. Até aquele período a oferta era facultativa. A aplicação da lei ocorreu a partir de 2009, mas a falta de professores formados na área para ministrar as matérias, associada à falta de concursos específicos foram problemas – não os únicos – que atrapalharam e continuam a impedir a consolidação, o reconhecimento e a relevância dessas disciplinas na educação básica.

Não faremos aqui uma retrospectiva da trajetória da disciplina em questão e seu caráter intermitente no ensino médio. Sobre esse tema, uma literatura importante já existe e pode ser facilmente acessada (MORAES, 2003; CARVALHO 2004; HANDFAS e OLIVEIRA, 2009; HANDFAS e MAÇAIRA, 2012) de modo que nossas contribuições sobre o assunto seriam mínimas. Apresentaremos alguns fatos importantes, sobretudo das últimas décadas, objetivando apenas situar historicamente a problemática em debate e em seguida avançarmos na análise das questões inicialmente propostas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 1996) abriu perspectivas para a reintrodução da Sociologia nas grades curriculares após décadas fora do ensino médio. O art.36, §1º, inciso III, da supracitada lei expressa a importância do “domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”.

Contudo, o texto da lei de 1996 não especificava como estes conhecimentos deveriam ser ensinados e, durante a regulamentação da mesma o sentido do texto foi alterado. As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio apresentaram, naquele momento, uma proposta de inserir os conteúdos de sociologia na modalidade interdisciplinar. Essa opção terminou esvaziando sua especificidade e seu caráter de obrigatoriedade, e, conseqüentemente, enfraqueceu as pretensões da sociologia em se consolidar como campo autônomo no Ensino Médio (EM) (Oliveira 2009). A proposta foi aceita nas entranhas do ministério da educação e tanto sociologia quanto filosofia foram “incorporadas” como conteúdos transversais em outras disciplinas já consolidadas. Esta nova derrota para o campo da Sociologia impulsionou uma série de discussões e propostas de ações para reverter a situação em diferentes Estados, visto que a obrigatoriedade da disciplina no EM não estava garantida (Moraes, 2011). Em 2001, uma nova tentativa de reintrodução da disciplina ocorreu por meio de um projeto de lei de autoria do deputado federal Padre Roque, porém, após a aprovação no legislativo o mesmo fora vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso que justificou o veto dada a insuficiência de profissionais para suprir a demanda da rede pública de ensino no país e acrescentou que o retorno da disciplina iria onerar os cofres públicos².

Durante o Governo petista de Luís Inácio Lula da Silva, especialmente a partir de 2003, novas tentativas de consolidar a disciplina no EM foram feitas e tiveram um impacto significativo no campo. Em 2006 o Conselho Nacional de Educação (CNE) emite um parecer favorável à reintrodução da Sociologia e da Filosofia no EM. Depois de longos embates foi promulgada a Lei 9.394/96, que tratava da inclusão dessas matérias e, a partir de 2007 os Conselhos Estaduais de Educação deveriam regulamentar sua oferta nas escolas públicas. Finalmente, em 2008 a lei nº 11.684 é aprovada e as disciplinas supracitadas retornam aos currículos brasileiros.

2. A SITUAÇÃO DO QUADRO DE PROFESSORES NO MARANHÃO

² Sobre o tema conferir Moraes (2011)

Nesse item discutiremos, a partir de alguns dados oficiais, a situação do ensino de sociologia no EM do Maranhão. Para essa análise, utilizaremos os dados do Informe Estatístico da Educação no Maranhão (INEP/SEEDUC) relativos aos anos 2009, o ano seguinte à publicação da lei que determinou a obrigatoriedade de sociologia no EM e ano também da implementação da política pública (PARFOR/PROFEBPAR) que cria, em caráter emergencial, os cursos de segunda licenciatura em várias áreas, dentre elas Sociologia³. Usaremos também os dados referentes a 2012, último censo da educação a que tivemos acesso. Os dados levantados pelo INEP/SEEDUC podem nos dar uma visão geral da educação no Maranhão.

Como indicado na tabela que segue, em 2009 o Estado possuía 319.649 alunos matriculados no Ensino Médio, distribuídos entre Zonas Rural e Urbana. Estes discentes estavam alocados em um pouco mais de 1100 escola.

TABELA 1. Matrícula inicial no Ensino Médio, por Dependência Administrativa, Localização e Série Maranhão 2009

Dependência Administrativa	Zona	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Não Seriado	TOTAL GERAL
Estadual	Rural	17364	13513	10239	569	103	41788
	Urbano	98062	76561	63608	1170	569	239970
Total:		115426	90074	73847	1739	672	281758
Federal	Rural	352	284	206	0	0	842
	Urbano	979	708	622	0	0	2309
Total:		1331	992	828	0	0	3151
Municipal	Rural	1031	817	730	243	0	2821
	Urbano	3216	2149	1768	1168	0	8301
Total:		4247	2966	2498	1411	0	11122
Particular	Rural	195	139	123	0	0	457
	Urbano	7748	7432	7045	763	173	23161
Total		7943	7571	7168	763	173	13628
Total		128947	101603	84341	3913	845	319649

Fonte: Censo Escolar SUPLES/SAPL/SEDUC

³ Importa salientar que a UFMA foi uma das primeiras instituições federais do país a incorporar em suas estruturas essa política pública e muitos departamentos foram convocados a participar, dentre eles; sociologia, filosofia, química, física, matemática, pedagogia, letras, geografia, história, biologia.

Tabela 2: Estabelecimentos e salas de aula por Etapa e Modalidade de Ensino, Dependência Administrativa e Localização Maranhão 2009

Dependência Administrativa	Zona	Total de Escolas	Creche	Pré Escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Educação Profissional Nível Técnico
Estadual	Rural	669	0	16	362	332	0	72	1
	Urbano	763	0	0	555	518	62	250	6
Total:		1432	0	16	917	850	62	322	7
Federal	Rural	3	0	0	1	2	0	2	2
	Urbano	9	0	0	1	8	0	8	7
Total:		12	0	0	2	10	0	10	9
Municipal	Rural	9397	394	7027	8893	30	3	3082	0
	Urbano	2308	347	1153	1676	29	59	806	2
Total:		11705	741	8180	10569	59	62	3888	2
Particular	Rural	83	45	76	42	3	1	4	0
	Urbano	760	270	622	554	177	38	54	15
Total		843	315	698	596	180	39	58	15
Total		13992	1056	8894	12048	1099	163	4278	33

Fonte: Censo Escolar SUPLES/SAPL/SEDUC

(1) A mesma escola pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino

O Estado contava na época com 17201 professores atuando no Ensino Médio e outros 13756 na educação de jovens e adultos (EJA). Não encontramos dados de 2009 que permitissem afirmar quantos professores, escolas e/ou salas de aula do EM existiam no EJA no Maranhão, por isso o número de escolas informado acima é aproximativo. Estes dados só aparecerão de maneira mais detalhada a partir de 2012, com o aprimoramento do instrumental de pesquisa.

Tabela 3: Número de Professores por Etapa/Modalidade de Ensino, Dependência Administrativa e Localização

Dependência Administrativa	Zona	Total de Professores	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Educação Profissional
Estadual	Rural	4324	19	174	2830	0	358	2
	Urbano	19160	0	8698	11340	216	2454	25
Total:		23484	19	10172	14170	216	2812	27
Federal	Rural	94	0	20	66	0	39	32
	Urbano	225	0	27	162	0	54	98
Total:		319	0	47	228	0	93	130
Municipal	Rural	37097	5857	29308	224	4	6058	0
	Urbano	32838	7238	22852	548	220	4374	13

Total:		69935	13095	52160	772	224	10432	13
Particular	Rural	533	281	249	49	2	35	0
	Urbano	8882	2608	5245	1982	305	384	123
Total		9415	2889	5494	2031	307	419	123
Total		103153	16003	67873	17201	747	13756	293

Fonte: Censo Escolar SUPLES/SAPL/SEDUC

Do total de 103153 professores atuantes nas escolas públicas (estaduais, municipais, federais e particulares), 49887 tinham o ensino superior completo e, destes, 26624 atuavam no EM. Se restringirmos nossa análise aos professores da rede pública de ensino, especialmente estadual e municipal, segue que dos 93419 docentes, 44018 possuem nível superior, o que equivale dizer que, naquele ano, 47,11% das funções docentes foram preenchidas por professores com ensino superior completo.

Tabela 4: Funções Docentes por Grau de Formação, Dependência Administrativa e Localização, Maranhão 2009

Dependência Administrativa	Zona	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Magistério	Ensino Médio Magistério Específico Indígena	Ensino Médio	Superior Completo	Total
Estadual	Rural	1	1	705	10	109	2007	2833
	Urbano	1	0	1312	4	285	9860	11462
Total:		2	1	2017	14	394	11867	14295
Federal	Rural	0	0	0	0	0	66	66
	Urbano	0	0	17	0	1	144	162
Total:		0	0	17	0	1	210	228
Municipal	Rural	0	0	120	0	10	94	224
	Urbano	0	0	170	1	16	362	549
Total:		0	0	290	1	26	456	773
Particular	Rural	0	0	3	0	4	42	49
	Urbano	3	0	239	2	189	1553	1986
Total		3	0	242	2	193	1595	2035
Total		5	1	2566	17	614	14128	17331

Fonte: Censo Escolar SUPLES/SAPL/SEDUC

Nota: O mesmo docente por atuar em mais de uma etapa/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento

Nota: Os professores da rede estadual com grau de formação ensino fundamental são professores indígenas

Não encontramos dados na secretaria de educação do Estado sobre a quantidade de professores de sociologia com formação específica nessa área. No entanto, podemos estimar a demanda, tomando como referência a situação de outras

unidades da federação. Como nos mostra a tabela abaixo, em 2009 o Estado possuía 7926 turmas de ensino médio, 1508 em zona rural e 6418 na zona urbana.

Tabela5: Número de Turmas do Ensino Médio por Dependência Administrativa, Localização e Série, Maranhão 2009

Dependência Administrativa	Zona	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Não Seriado	TOTAL GERAL
Estadual	Rural	586	499	394	25	4	1508
	Urbano	2539	2084	1741	37	17	6418
Total:		3125	2583	2135	62	21	7926
Federal	Rural	9	7	6	0	0	22
	Urbano	26	21	20	0	0	67
Total:		35	28	26	0	0	89
Municipal	Rural	35	28	26	10	0	99
	Urbano	89	63	56	41	0	249
Total:		124	91	82	51	0	348
Particular	Rural	6	4	3	0	0	13
	Urbano	259	255	230	32	5	781
Total		265	259	233	32	5	794
Total		3549	2961	2476	145	26	9157

Fonte: Censo Escolar SUPLES/SAPL/SEDUC

Em todas elas haviam demandas por professores de sociologia, sobretudo porque, como informamos anteriormente, a partir de 2009 a disciplina tornou-se obrigatória. Isso não quer dizer que a rede pública estadual demandasse na época por 7926 professores, pois a carga horária de sociologia permite que um professor assumia várias turmas ao mesmo tempo.

Não conseguimos dados na Secretaria de Educação do Estado sobre quantos eram os professores formados em ciências sociais que ministravam aulas de sociologia nessas escolas. Contudo, se tomarmos como parâmetro os dados nacionais, e ainda o ano em que a Universidade Federal do Maranhão, através do departamento de sociologia e antropologia iniciou a licenciatura em ciências sociais (1999), bem como a raridade da realização de concursos específicos para essa área nos últimos 20 anos, é plausível afirmar que se mantenha igual à média nacional, que está em torno dos 88% das turmas da rede estadual e municipal sem um profissional formado em ciências sociais a ministrar a disciplina (MEC 2012). Esse número pode ser ainda pior na zona rural ou nas pequenas cidades do Estado, não raro pode chegar a 100%. Noutros termos, em muitas áreas do Estado não há nenhum professor licenciado em ciências

sociais ou sociologia atuando nas escolas públicas. De um modo geral, os cursos de licenciatura em ciências sociais e sociologia até 2012 só existiam na capital maranhense. Voltaremos a essa questão adiante.

Ao longo dos últimos anos houve uma ampliação do instrumental de coleta de dados sobre a educação no Estado, o que nos permite uma visão mais ampliada e detalhada da situação da educação no nível médio no Estado, especialmente do ensino de sociologia. O último levantamento que encontramos à disposição na secretaria de educação do Estado para este trabalho se refere ao ano de 2012 e é com base que nele que procederemos a análise dos dados.

O levantamento realizado pelo Censo Escolar naquele ano, indicava que no Estado haviam 308.433 alunos matriculados no ensino médio, dos quais, 272.762 (88%) estavam matriculados na rede Estadual. Os demais distribuídos em escolas municipais, particulares e federais. O gráfico e a tabela abaixo nos fornecem uma imagem dessa distribuição.

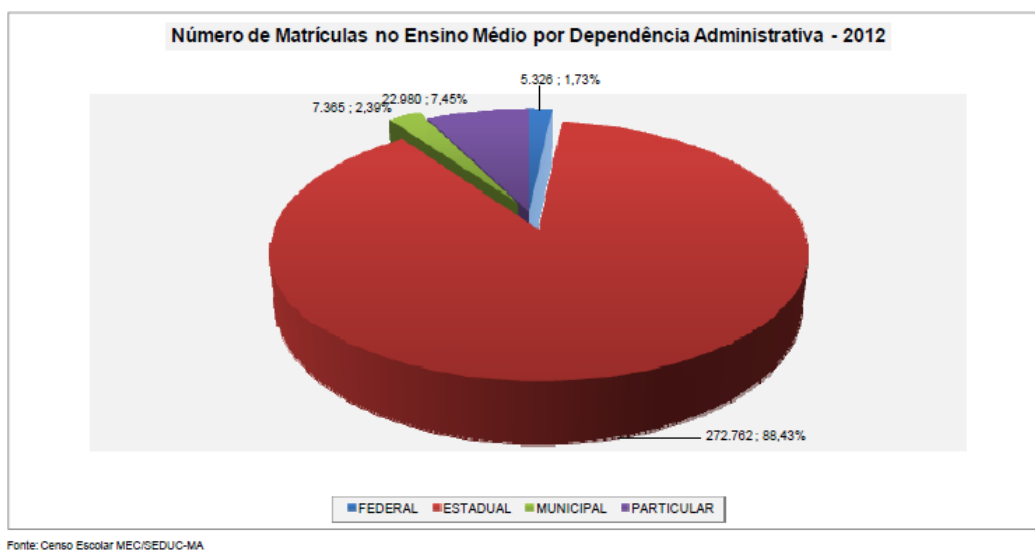


Tabela 6: Números de Matrículas no Ensino Médio por Série, Dependência Administrativa e Localização, Maranhão 2012

Dependência Administrativa	Zona	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Não Seriado	TOTAL GERAL
Estadual	Rural	16500	12084	9477	0	5	38066
	Urbano	97088	75203	62249	148	8	234696

Total:		113588	87287	71726	148	13	272762
Federal	Rural	604	428	331	0	118	1481
	Urbano	1365	1183	718	0	579	3845
Total:		1969	1611	1049	0	697	5326
Municipal	Rural	762	632	511	232	0	2137
	Urbano	1686	1332	1215	995	0	5228
Total:		2448	1964	1726	1227	0	7365
Particular	Rural	204	180	114	0	0	498
	Urbano	7426	7156	7050	686	164	22482
Total		7630	7336	7164	686	164	22980
Total		125635	98198	81665	2061	874	308433

Fonte: Censo Escolar SUPLES/SAPL/SEDUC

A partir de 2012 uma nova metodologia fora utilizada para analisar a situação do quadro de professores. Os dados sobre o número de professores fora substituído por funções docentes. Essa mudança metodológica e de nomenclatura dificulta consideravelmente as análises, uma vez que ela pode mascarar a realidade precária da educação no nível médio do Estado. Como não se sabe ao certo quantos professores ocupam quantas funções docentes e em quais disciplinas, é praticamente impossível uma mensuração precisa de algumas variáveis. O Estado do Maranhão contava com 106.059 funções docentes no ensino fundamental, médio e EJA. Destes, 17.090 funções docentes preenchidas no ensino médio, distribuídos da seguinte forma: 16.379 na rede estaduais e 711 nas redes municipais, conformes tabelas abaixo.

Tabela7: Número de Funções Docentes no Ensino Médio por Grau de Formação, Dependência Administrativa e Localização, Maranhão 2012

Dependência Administrativa	Zona	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Normal / Magistério	Ensino Médio Normal / Magistério Específico Indígena	Ensino Médio	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Total
Estadual	Rural	2	2	287	9	66	73	2170	2609
	Urbano	4	1	516	3	147	110	10786	11567
Total:		6	3	803	12	213	183	12956	14176
Federal	Rural	0	0	1	0	4	0	169	174
	Urbano	0	0	17	0	31	0	410	458
Total:		0	0	18	0	35	0	579	632
Municipal	Rural	0	1	58	0	10	14	153	236
	Urbano	0	0	54	0	6	65	306	431
Total:		0	1	112	0	16	79	459	667
Particular	Rural	0	0	2	0	3	1	48	54
	Urbano	2	2	208	3	166	89	1668	2138
Total		2	2	210	3	169	90	1716	2192
Total		8	6	1143	15	433	352	15710	17667

Fonte: Censo Escolar MEC/SEDUC-MA

Tabela 8: Número de Funções Docentes na Educação Especial por Grau de Formação, Dependência Administrativa e Localização, Maranhão 2012

Dependência Administrativa	Zona	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Normal / Magistério	Ensino Médio Normal / Magistério Específico Indígena	Ensino Médio	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Total
Estadual	Urbana	0	0	20	0	1	2	96	119
Municipal	Rural	0	0	3	0	0	1	2	6
	Urbana	0	0	47	0	8	1	85	141
Total		0	0	50	0	8	2	87	147
Particular	Rural	0	0	0	0	0	0	1	1
	Urbana	0	1	117	0	21	1	96	236
Total		0	1	117	0	21	1	97	237
Total		0	1	187	0	30	5	280	503

Fonte: Censo Escolar MEC/SEDUC-MA

Tabela 9: Número de Funções Docentes na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio por Grau de Formação, Dependência Administrativa e Localização, Maranhão 2012

Rede	Zona	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Normal / Magistério	Ensino Médio Normal / Magistério Específico Indígena	Ensino Médio	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Total
Estadual	Rural	0	0	6	0	2	13	216	237
	Urbana	0	0	54	1	15	5	1891	1966
Total:		0	0	60	1	17	18	2107	2103
Federal	Rural	0	0	0	0	3	0	87	90
	Urbana	0	0	2	0	5	0	154	161
Total:		0	0	2	0	8	0	241	251
Municipal	Rural	0	0	13	1	4	7	1	26
	Urbana	0	0	8	0	0	1	9	18
Total:		0	0	21	1	4	8	10	44
Particular	Urbana	2	2	25	0	21	29	217	296
Total		2	2	108	2	50	55	2575	2794

Fonte: Censo Escolar MEC/SEDUC-MA

Importante mencionar ainda que a rede estadual contava em 2012 com 12.956 funções docentes preenchidas por professores com o ensino superior completo e 183 em formação. Nas redes municipais, 459 funções docentes no ensino médio encontravam-se ocupadas por professores com ensino superior completo e 79 funções por docentes em formação. Como dito anteriormente, estes dados podem mascarar a situação da formação dos professores, sugerindo um número muito maior de professores com o ensino superior completo do que a realidade mostra. Na verdade, o Maranhão possui apenas 47,8% dos professores com ensino superior completo, 17,7%, com pós-graduação e, apenas 39,2% desses docentes atuam nas áreas em

que se formaram. Os dados revelam que, neste quesito, o Maranhão ocupa uma das piores situações educacionais do Brasil e, por conseguinte, a situação de sociologia, sem dúvida, é uma das mais prejudicadas. A título de comparação, o Distrito Federal, por exemplo, possui 91% dos professores com ensino superior completo, 38,5% deles com pós-graduação e 71% dos que lecionam no ensino médio estão em suas áreas de formação.

Outros dados ainda merecem nossas observações. Conforme indica a tabela abaixo, o Estado do Maranhão possui 13.424 escolas (Estaduais, municipais, federais, privadas e outras). Deste montante, 1.233 estaduais e 11.304 escolas municipais. Aquelas que trabalhavam exclusivamente com o ensino médio em 2012 eram 1.030, das quais 995 escolas estaduais e 75 escolas municipais.

Tabela10: Número de Estabelecimentos por Etapa e Modalidade de Ensino, Dependência Administrativa e Localização, Maranhão 2012

Rede	Zona	Ed. inf. Creche	Ed. inf. Pré-Escola	Ens. Fund. Anos Iniciais	Ens. Fund. Anos Finais	Ens. Méd. Comum	Ens. Méd. Integrado	Ens. Méd. Magistério	Ed. Especial	EJA Fundamental	EJA Médio	Ed. Prof.	Atividades Complement.	AEE ¹	Total ²
Estadual	Rural	0	10	292	105	304	15	0	0	72	29	1	1	2	606
	Urbana	0	0	120	286	442	2	9	31	75	162	1	107	57	627
Total:		0	10	412	391	746	17	9	31	147	191	2	108	59	1233
Federal	Rural	0	0	1	1	0	5	0	0	0	5	4	0	0	6
	Urbana	0	0	1	1	1	13	0	0	0	11	13	1	0	14
Total:		0	0	2	2	1	18	0	0	0	16	17	1	0	20
Municipal	Rural	1513	7270	8280	2953	27	0	8	6	2533	8	0	358	40	8861
	Urbana	540	1169	1632	946	9	1	20	34	746	2	2	549	213	2443
Total:		2053	8439	9912	3899	36	1	28	40	3279	10	2	907	253	11304
Particular	Rural	51	73	39	13	3	0	0	1	1	0	0	2	0	79
	Urbana	403	629	570	319	160	1	31	30	27	35	22	11	28	788
Total:		454	702	609	332	163	1	31	31	28	35	22	13	28	867
Total		2507	9151	10935	4624	946	37	68	102	3454	252	43	1029	340	13424

Fonte: Censo Escolar MEC/SEDUC-MA

Nota: O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma Etapa e Modalidade de Ensino.

1 - AEE - Atendimento Educacional Especializado

2 - O estabelecimento é contado uma única vez, independente das modalidades e etapas que possa ofertar

Convém ainda informar que, conforme tabela que segue, no interior das 1.030 escolas municipais e estaduais do EM do Maranhão abriram 9.282 turmas que demandaram por professores de sociologia. Número impossível de ter sido plenamente atendido por profissionais formados na área. Sobre essa afirmação voltaremos mais

adiante quando tratarmos da formação de docentes no Maranhão. De qualquer maneira, o fato é que independentemente de ter ou não esses profissionais nos quadros da secretaria de educação, estadual ou municipal, as 9.282 turmas foram ocupadas, embora não se saiba qual a formação dos profissionais nem o que foi ministrado ao longo do ano no espaço dedicado a sociologia. O fato é que as turmas não foram ocupadas por licenciados em Ciências Sociais (CS).

Tabela 11: Número de Turmas no Ensino Médio, Médio Integrado, Normal/Magistério por Série, Dependência Administrativa e Localização, Maranhão 2012

Rede	Zona	Ens. Méd. - 1ª Série	Ens. Méd. - 2ª Série	Ens. Méd. - 3ª Série	E Ens. Méd. - 4ª Série	Ens. Méd. - Não Seriado	Méd. Integ. - 1ª Série	Méd. Integ. - 2ª Série	Méd. Integ. - 3ª Série	Méd. Integ. - 4ª Série	Méd. Integ. - Não Seriado	Normal Magistério - 1ª Série	Normal Magistério - 2ª Série	Normal Magistério - 3ª Série	Normal Magistério - 4ª Série	Total
Estadual	Rural	515	443	395	0	1	14	11	8	0	0	0	0	0	0	1387
	Urbana	2670	2104	1788	1	1	0	0	2	0	0	1	4	6	6	6583
Total:		3185	2547	2183	1	2	14	11	10	0	0	1	4	6	6	7970
Federal	Rural	0	0	0	0	0	21	13	10	0	3	0	0	0	0	47
	Urbana	5	5	4	0	0	37	33	19	0	17	0	0	0	0	120
Total:		5	5	4	0	0	58	46	29	0	20	0	0	0	0	167
Municipal	Rural	28	25	21	0	0	0	0	0	0	0	5	9	7	8	103
	Urbana	8	8	13	1	0	5	2	2	0	0	35	34	31	38	177
Total:		36	33	34	1	0	5	2	2	0	0	40	43	38	46	280
Particular	Rural	6	6	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16
	Urbana	262	242	220	3	5	0	10	14	0	0	14	22	29	28	849
Total		268	248	224	3	5	0	10	14	0	0	14	22	29	28	865
Total		3494	2833	2445	5	7	77	69	55	0	20	55	69	73	80	9282

Fonte: Censo Escolar MEC/SEDUC-MA

3. ESTIMANDO A DEMANDA POR PROFESSORES DE SOCIOLOGIA

Entre 2009 e 2012 houve um aumento na demanda por professores no Estado e entre eles, também por profissionais licenciados em CS e sociologia. Somente as redes estaduais e municipais abriram 324 novas turmas durante o período analisado e todas demandaram por licenciados em ciências sociais ou sociologia.

Os dados do censo 2012 informam que as 2.966 vagas de sociologia foram assumidas por professor, em sua maioria sem formação na área. Destes, 2.243 funções na rede estadual, 22 na rede federal, 462 em escolas municipais e 239 na rede

particular. Não estão incluídos aqui os professores que ministraram a disciplina Estudos Sociais, pois a legislação brasileira não deixa claro a necessidade de formação específica para quem deseja assumi-las e, em geral outros profissionais ocupam estas áreas do conhecimento. Em 2012 foram 1.259 funções preenchidas nessa disciplina.

Tabela 12: Número de Funções Docentes por Disciplina, Dependência Administrativa e Localização, Maranhão 2012

Rede	Zona	Química	Física	Matemática	Biologia	Ciências	Português	Línguas Estrangeiras	Educação Artística	Educação Física	História	Geografia	Filosofia	Informática	Disc. Profissionalizantes	Disc. Voltadas à Atender Nec. Especiais	Disc. Voltadas Divers. Sócio Cultural	Libras	Disc. Pedagógicas	Ensino Religioso	Língua Indígena	Estudos Sociais	Sociologia	Outras Disciplinas	Total ¹	
Estadua	Rural		5	10	4	1	18	5	18	4	15	12	50							1	5		5	5	30	
	Urbana	1	15	30	10	10	30	10	30	10	20	25	15							10			10	4	104	
Total:		1	20	40	14	11	48	10	48	14	35	37	65						10	5		15	9	134		
Federal	Rural														1										1	
	Urbana														1											1
Total:															2											2
Municipal	Rural	1	200		264	209	62	250	120	200	200	200	40	5						200		5	3	20	300	
	Urbana		100		100	100	30	100	50	100	100	100	20	6						100		1	1	10	100	300
Total:		1	300		364	309	92	350	170	300	300	120	66	11						300		6	13	30	600	
Particular	Rural		1		1	1	1	1	1	1	1	1	1							1			1	1	6	
	Urbana	1	30		30	30	30	30	30	30	30	30	30	4						30			1	1	30	
Total:		1	31		31	31	31	31	31	31	31	31	31	4						31			2	2	66	
Total		2	23	40	28	42	89	100	498	200	430	430	100	15	1					430	5	15	20	60	1330	

Fonte: Censo Escolar MEC/SEDUC-MA

Nota: Um professor pode lecionar mais de uma disciplina

1 – No total, o professor não se repete (em horizontal) isso implica dizer que a soma das colunas não é igual ao total

Quando cruzamos os dados sobre o número de turmas do ensino médio no Estado, a quantidade de funções preenchidas em sociologia, as taxas anuais de expansão da rede de escolas no Estado e ainda o número de disciplinas que um professor pode/deve assumir a cada ano, excetuando aí variáveis como afastamentos docentes, pode-se estimar que o Ensino Médio Maranhense, incluindo as escolas estaduais, municipais, federais e privadas demandaram em 2012 por aproximadamente

2.200 professores com formação específica em sociologia. Não é apressado afirmarmos que no Estado não existe essa quantidade de profissionais disponíveis para atender tal demanda. Embora este não seja o único problema, ele sem dúvida está entre os mais relevantes.

Uma vez delineado a situação da demanda por profissionais de sociologia no EM, convém agora, discutirmos a situação da oferta dessas profissionais no mercado.

4. AUMENTA A OFERTA DE LICENCIADOS EM SOCIOLOGIA NO MARANHÃO

Começaremos essa discussão retomando alguns dados históricos da presença institucional das CS no Estado e, em seguida, avançaremos com alguns dados mais gerais, tomando como parâmetro o mesmo espaço de tempo analisado no item anterior.

A história das ciências sociais no Maranhão é recente e a da formação de professores ainda mais. O curso de ciências sociais foi criado em 1986 e teve sua primeira turma selecionada pelo vestibular em 1987. Atendendo a regulamentação da profissão de sociólogo, surgiu com a missão de formar bacharéis para atuar no campo da Sociologia, Ciência política e Antropologia. Foi reconhecido em 27/10/1993 pela Portaria N. 1.544. Em 1999 foi implantada a Licenciatura em Ciências Sociais, habilitando os alunos que já estavam em formação de bacharéis a atuarem também no Ensino Médio, desde que complementassem a formação cursando algumas disciplinas a mais. Essa modalidade conjunta funcionou durante alguns anos, sofrendo diversas reformulações. Em alguns casos as alterações foram promovidas a partir da reflexão do próprio departamento e em outros casos foram impostas, dada a necessidade de atender as alterações das legislações nacionais em vigor.

Após uma história de intermitência, a Sociologia, como indicado anteriormente, pleiteava retornar para o currículo do Ensino Médio brasileiro, e finalmente o “sonho” da categoria veio a se concretizar em 2008.

Embora a UFMA, por meio do Departamento de Sociologia e Antropologia já viesse formando profissionais para atuar no Ensino Médio, em 2006 o curso de Ciências Sociais, inicialmente marcado pela tradição do bacharelado, foi reestruturado

em: Bacharelado e Modalidade Conjunta (bacharelado e licenciatura)⁴, objetivando atender a nova demanda por profissionais licenciados em sociologia criada pela supracitada lei.

Entre 2006 e 2010, o Curso de Ciências Sociais da UFMA funcionou, portanto, com duas modalidades, sendo o bacharelado obrigatório. Aos discentes que desejassem cursar também a licenciatura, deveriam optar pela modalidade conjunta. Ambas as modalidades eram oferecidas nos turnos vespertino e noturno, sendo este último turno uma inovação do PPP de 2006, que visava ampliar a oferta de vagas nas Ciências Sociais e torná-las acessíveis também para um público impossibilitado de estudar no período diurno. Porém, um novo entendimento nos Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura do Ministério da Educação gerou uma determinação da Secretaria de Educação Superior em abril de 2010, de extinguir/não reconhecer a formação conjunta, obrigando a separação das duas modalidades. O departamento foi obrigado, por força da nova legislação a criar dois cursos distintos: Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, funcionando respectivamente no turno vespertino e noturno.

O constrangimento legal sofrido pelo departamento de sociologia e antropologia da UFMA para criar um curso específico de licenciatura em ciências sociais teve efeitos positivos importantes e tem contribuído com o esforço nacional, regional e estadual de fortalecimento da profissão e dos profissionais que atuam no Ensino Médio como professores de sociologia.

Entre 2010 e 2012, período da separação bacharelado/licenciatura foram abertas 6 turmas de graduação em Ciências Sociais, sendo 3 especificamente de licenciatura com 120 inscritos. Apesar dos esforços da UFMA e do supracitado Departamento, a demanda por estes profissionais continuou bem maior do que a oferta e os dados estatísticos oficiais acima apresentados corroboram com nossa afirmação.

A situação se agrava quando temos uma visão do número de diplomados no período em análise. A tabela que segue nos fornece uma visão mais precisa das formaturas no período 2009-2014.

⁴ Resolução CONSEPE nº 522/2007

Tabela 13: Número de Formandos em Ciências Sociais: Bacharelado, Licenciatura e Modalidade Conjunta 2009-2014

Ano Base	Bacharelado	Licenciatura	Modalidade Conjunta	Total
2009-1	3	1	5	8
2009-2	3	3	4	10
2010-1	4	1	6	11
2010-2	2	0	8	10
2011-1	0	0	1	1
2011-2	3	0	3	6
2012-1	2	0	4	6
2012-2	6	0	4	10
2013-1	4	0	7	11
2013-2	0	0	7	7
2014-1	2	0	7	8
2014-2	6	2	8	16
Total	35	7	64	104

Fonte: Pesquisa Própria

Entre 2009 e 2014 foram formados 72 alunos habilitados a atuarem como professores do ensino médio. Número que não atende sequer a taxa de crescimento vegetativo de abertura de turmas da rede pública estadual. Vejamos, agora outras frentes de expansão da oferta destes profissionais.

A ampliação da UFMA, sua expansão para o continente, seja fortalecendo campus antigo, como o da cidade de Imperatriz, seja abrindo novos campi, tem permitido o surgimento de novos cursos de licenciatura, dentre os quais merece destaque os de ciências humanas com habilitação em sociologia. Foi assim que em 2010 o campus da cidade de Bacabal iniciou o curso de ciências humanas com habilitação em sociologia formando em 2014 16 licenciados para atuarem no ensino médio, embora a primeira turma tenha iniciado suas atividades com 60 matriculados. Semelhantemente, Imperatriz dispõe de um curso de ciências humanas com habilitação em sociologia também iniciado em 2010 e com entrada anual de 60 alunos. O mesmo ocorre no campus da cidade de São Bernardo que iniciou sua primeira turma em maio de 2010, oferecendo 60 vagas no curso de Ciências Humanas também com habilitação em sociologia.

A UFMA não é a única instituição maranhense a formar estes profissionais. A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) iniciou o curso de ciências sociais em

2006, e, semelhantemente aos cursos em funcionamento da Universidade Federal, optou também por oferecer a formação em modalidade conjunta (bacharelado e licenciatura). A separação em dois cursos distintos só ocorreu em 2013. A tabela abaixo apresenta o quadro de formandos ano a ano.

Tabela 14: Número de Formandos em Ciências Sociais: Modalidade Conjunta, Universidade Estadual do Maranhão

Ano Base	Modalidade Conjunta (Nº de Formandos)
2010-1	1
2010-2	3
2011-1	3
2011-2	2
2012-1	7
2012-2	2
2013-1	6
2013-2	3
2014-1	3
Total	30

Fonte: Pesquisa Própria

Semelhantemente ao que ocorre nos cursos de CS da UFMA, encontramos na UEMA elevadas taxas de evasão e de retenção dos discentes. Ainda não foi possível verificar se essa é uma característica dos cursos de CS do país ou apenas do Maranhão. De qualquer maneira, não encontramos na literatura especializada estudos que problematizassem essas questões. Sequer sabemos se elas destoam (se são mais ou menos elevadas) das de outras licenciaturas.

Ao longo dos últimos anos surgiram, outras alternativas para os interessados em cursar licenciatura em Ciências Sociais no Estado, qual seja: os cursos à distância oferecidos pelas redes privadas de ensino⁵. Mas, mesmo nesses casos, a formação está disponível quase que exclusivamente na capital maranhense. Apenas a Universidade Paulista (UNIP), possui curso de sociologia fora da capital maranhense,

⁵ A iniciativa privada não tem se interessado em investir capital na abertura de cursos presenciais de licenciatura em sociologia ou ciências sociais.

funcionando também na cidade de Açailândia⁶. As outras duas instituições privadas que oferecem licenciatura em sociologia à distância (Centro Universitário Leonardo Da Vinci –UNIASSSELVE – E Universidade Norte do Paraná – UNOPAR -) só possuem cursos em São Luís.

Até o ano de 2015, nenhuma das três instituições acima indicadas, conseguira iniciar turmas de CS na capital maranhense. Segundo o que nos foi informado, por falta de candidatos suficientes, embora o número de inscritos exigido por elas seja relativamente baixo – em média 25 alunos - e as mensalidades estejam dentro do praticado pelo mercado, variando entre 150,00 e 270,00 reais. A UNIP não nos informou se conseguiu abrir alguma turma em Açailândia nesse período, nem mesmo se já formou algum profissional no Estado. O mais provável é que não.

Abaixo apresentamos um quadro com alguns dados que podem fornecer uma visão da situação da licenciatura em ciências sociais no Estado.

Tabela 15: Número de Formados em Ciências Sociais: Diversas Modalidades, diversas universidades entre 2009 e 2014.

Instituição	Município	Nº de Vagas Anuais	Ano Início	Nº de Formados
UFMA	São Luís	40	2006	72 (2009-2014)
UFMA	Bacabal	60	2010	16 (2014)
UFMA	Imperatriz	60	2010	1 (2014)
UFMA	São Bernardo	60	2010	18 (2014)
UFMA	POFEBPAR/PARFOR	60	2009	70 (2011-2014)
UEMA	São Luís	40	2006	30 (2010-2014)
UNOPAR	São Luís/Brasil	46900 (em todo o Brasil)	2014	Até 2015 não foram iniciadas turmas
UNIASSSELVI	São Luís/Brasil	450 (em todo o Brasil)	2006	Até 2015 não foram iniciadas turmas
UNIP	SãoLuís/Açailândia/Brasil	60 (em todo o Brasil)	2014	Até 2015 não foram iniciadas turmas
Total				207

Fonte: Pesquisa Própria

Os dados acima nos permitem afirmar que a quantidade de formados que saem destas instituições a cada ano ainda não é suficiente para suprir a demanda por estes profissionais no Maranhão, sobretudo, se tomarmos como parâmetros os números apresentados anteriormente sobre o ensino médio no Estado, embora, vendo em perspectiva, tal déficit poderá ser sanado ao longo da próxima década, na medida em que os novos cursos abertos contribuam com mais profissionais.

⁶ Fonte da pesquisa: **portal – MEC** (2015)

Entre 2009 e 2014 as universidades públicas aumentaram em mais de 350% a oferta de vagas nas licenciaturas em Ciências Sociais/sociologia, indo de 80 para mais 280 anuais. Por seu lado, as IES com seus cursos a distância também marcam sua presença no mercado, oferecendo um número quase ilimitado de vagas para os potenciais interessados em seguir a carreira como professores de sociologia no ensino médio.

O aumento do número de vagas, no entanto, precisa ser melhor compreendido e ponderado por outras variáveis importantes, dentre elas destacamos três: elevadas taxas tanto de evasão quanto de retenção como é possível percebermos na tabela acima; a baixa procura por esses cursos tanto nas instituições que os oferecem na modalidade a distância quanto nos campus do continente e que se comprova pela dificuldade que os campus de Imperatriz, Bacabal e São Bernardo encontraram nos primeiros anos para preencher as 60 vagas anuais ofertadas a comunidade; em terceiro, a concentração dos cursos em lugares onde a necessidade por estes profissionais é menor.

O resultado da combinação dessas variáveis aponta para uma situação que, de um modo geral:1) são formados poucos profissionais para o mercado de trabalho a cada ano, número insuficiente para atender a demanda existente em todo o Estado. Insuficiente para atender até o crescimento vegetativo da rede pública de ensino; 2) mesmo nessa situação o mercado de trabalho, incluindo aí o Estado, (seja no âmbito federal, estadual ou municipal) e a iniciativa privada não consegue absorver os profissionais que se formam a cada ano, seja porque não aparecem concursos específicos, seja porque em alguns lugares, como a capital do Estado (local de concentração dessa mão-de-obra), o mercado já possa está saturado, ou ainda porque embora a legislação exija profissionais formados na área, a lei não vem sendo cumprida por Estados, municípios e rede privada por uma série de interpretações ou brechas que ainda permitem a outros profissionais como pedagogos, por exemplo, ocupar estas funções.

Por outro lado, e esta não parece ser uma situação exclusiva do Maranhão, encontramos extensas regiões no território estadual, abrangendo dezenas e dezenas de municípios que continuam sem um único profissional licenciado em CS ou

sociologia disponível para ocupar as vagas existentes nas escolas públicas e privadas. E nestes casos, as vagas destinadas aos licenciados em sociologia vêm sendo preenchidas por outros profissionais das mais distintas áreas do conhecimento⁷.

Resta-nos aqui discutir o papel dos programas de formação de professores da educação básica nessa conjuntura de excesso de profissionais em determinadas regiões e a inexistência deles em outras.

5. A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORTALECER O ENSINO BÁSICO NO PAÍS: O CASO DA SEGUNDA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS –PARFOR/PROFBPAR-MA

A partir de 2009, o Governo Federal, por meio das universidades e institutos federais, deu início a uma série de políticas públicas que objetivava fortalecer o Ensino Básico do país, dentre elas destacam-se novas modalidades de licenciaturas. Nasceu assim o Programa de Formação de Professores da Educação Básica que objetivava, principalmente, amenizar e melhorar a situação precária na qual encontrava-se o quadro de professores nos níveis iniciais da educação brasileira. Neste caso, o foco central era a melhoria da qualificação desses docentes e, conseqüentemente, do que era ensinado nas escolas.

O Ministério da Educação, por meio do Ofício nº 1.651/2008/SEED/MEC, de 3 de outubro de 2008, remeteu ao Conselho Nacional de Educação nota técnica sobre a necessidade de diretrizes legais para a criação de programas emergenciais de curta duração. O objetivo era oferecer cursos superiores tanto de primeira quanto de **segunda licenciatura**, na modalidade presencial, para professores em exercício na educação básica que atuavam em componentes curriculares, embora não possuísem formação específica em tais áreas do conhecimento. O objetivo do programa emergencial proposto pelo MEC era possibilitar uma formação sólida para esses

⁷ Pesquisa realizada por Castro (2015) demonstrou que na mesorregião do Oeste maranhense que abrange mais de 30 municípios, existe uma enorme carência por licenciados em sociologia. Segundo material da pesquisa, no concurso realizado em 2009, 17 vagas destinadas aos profissionais licenciados em Ciências Sociais não foram preenchidas simplesmente porque não haviam candidatos habilitados. Em 2015 um novo seletivo fora realizado na cidade de Zé Doca, a maior da mesorregião para o preenchimento de vagas ociosas em sociologia e mais uma vez não foram preenchidas por falta de candidatos habilitados.

docentes de modo que pudessem melhorar qualitativamente o ensino de determinadas disciplinas no Ensino Médio⁸.

O supracitado programa tem como eixo central a formação consistente e contextualizada de professores para atuarem em componentes curriculares que exijam formação específica. As instituições públicas de Educação Superior, tais como a UFMA foram chamadas, na verdade convocadas/pressionadas a participar da concepção e da execução dos cursos.

As universidades e os departamentos que aderiram ao chamado do Governo se tornaram as peças mais importantes da política pública, pois lhes coube a administração dos cursos utilizando para isso, em tese⁹, o mesmo quadro de professores presentes nas instituições. O departamento de sociologia e antropologia da UFMA, convocado a aderir ao programa em 2009, optou por oferecer apenas o curso na modalidade de segunda licenciatura, embora houvesse uma elevada demanda também pela primeira licenciatura.

Cumprе ressaltar que o contexto no qual os cursos ocorrem é diferenciado dos padrões normais de funcionamento dos regulares. As atividades (aulas teóricas e práticas) são realizadas em locais cedidos pelas prefeituras ou em polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) ou ainda, nas dependências da Universidade nas cidades em que existam campus. As atividades ocorrem sempre aos finais de semana (sábados e domingos). No caso dos cursos de segunda licenciatura, os parâmetros curriculares estabelecidos pelo MEC definiram um tempo mínimo e máximo inferior ao praticado nas licenciaturas normais. Eles são mais curtos do que os demais oferecidos pelas universidades, não podendo ultrapassar 24 meses e 1400 horas¹⁰.

⁸ Segundo o MEC, a criação de Programas Emergenciais de Segunda Licenciatura para Professores da Educação Básica Pública tinha o objetivo de integrar o esforço nacional pela melhoria da qualidade do ensino e de valorização do magistério.

⁹ Em tese porque, caso os departamentos não pudessem disponibilizar seus professores, outros professores de outras instituições federais, estaduais e da rede privada poderiam ser convocados/convidados a atuarem nos cursos.

¹⁰ Para o MEC, essa parceria Universidades públicas/Governo Federal/municípios teria grande potencial de transformação socioeducativa, contribuindo, inclusive, para que as instituições de Educação Superior pudessem avaliar e aprimorar seus cursos de licenciatura, a partir das demandas concretas da Educação Básica.

5.1. Justificativas para a Implementação da Política Pública

Segundo o MEC, o programa nasce a partir da grande demanda que o sistema educacional público do país tem em seus quadros docentes no que tange formação específica nas diferentes áreas do conhecimento da educação básica¹¹. De acordo com os dados levantados pelo PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), a dimensão da carência por professores com formação específica na educação Básica brasileira foi constatada no Censo Escolar de 2008, evidenciando que: 1) aproximadamente **350.000 professores** em exercício não possuem formação em nível de graduação; 2) **cerca de 300.000 professores** em exercício possuem graduação em área distinta daquela que atuam. Segundo o MEC milhares desses docentes demonstram interesse em uma segunda formação e argumentam que ela lhes proporcionaria uma atuação mais consistente em sala de aula. Por diversas razões, (razões que não temos como problematizar aqui), estes professores não têm oportunidade de cursar a nova licenciatura. Segundo as argumentações que justificaram o surgimento da política pública, os programas de segunda licenciatura do PROFEBPAR foram instituídos para atingir esse público específico. Vejamos agora a demanda maranhense pela segunda licenciatura em CS.

5.2 A Demanda pela Segunda Licenciatura em Ciências Sociais

O curso de Ciências Sociais (CS) oferecidos pela UFMA na modalidade de segunda licenciatura por meio dessa política pública (PARFOR/PROFEBPAR) tem sido muito demandado desde sua implantação em 2009. A título de ilustração, em 2015, 1.962 professores de 163 municípios se inscreveram na Plataforma Freire, demonstrando interesse em cursar a segunda licenciatura em Ciências Sociais pelo programa PROFEBPAR. A demanda pela primeira licenciatura não é diferente. Em 14

¹¹ Tal demanda foi identificada no processo de construção do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no âmbito do Plano de Metas – Compromisso Todos Pela Educação – e da elaboração e proposição de **Planos** de Ações Articuladas – PAR, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

municípios a demanda ultrapassava 30 alunos¹². Nos anos anteriores a relação entre oferta e procura não foi tão diferente.

Se tomarmos como parâmetro os dados (2009-2015) da Plataforma Freire sobre a procura estadual pela licenciatura em CS, oferecida por meio do PROFEBPAR, podemos inferir que a demanda estadual continua bem maior do que a oferta.

Embora os novos cursos de Sociologia implantados nos campi do continente constituam um importante avanço diante do problema da falta destes profissionais, sobretudo fora dos grandes centros urbanos, como a capital do Estado, a situação continua precária. Os novos cursos que formam licenciados em sociologia funcionam em postos fixos – em cidades que foram contempladas com a instalação de um campus da UFMA - enquanto a demanda por esse curso se mostra pulverizada por toda a unidade federativa, em dezenas e dezenas de pequenas cidades muito distantes das localidades onde os novos campus da UFMA estão sediados. E são nas localidades mais distantes dos centros urbanos do Estado que estão os maiores déficits destes profissionais. Poucas cidades maranhenses dispõem de professores licenciado em CS ou sociologia suficientes para atender a demanda da rede pública. Na verdade, nem mesmo a capital maranhense tem seus quadros de sociólogos completamente ajustados a demanda da rede estadual.

Neste sentido, o depoimento dos gestores da política pública que instituiu o PROFEBPAR na UFMA é o de que: “O programa tem prestado um importante serviço ao chegar em localidades onde a universidade com sua estrutura de funcionamento rígida não consegue chegar”¹³.

¹² O Departamento de Sociologia e Antropologia, responsável pelo gerenciamento das vagas e administração do curso, optou por ofertar o curso em 3 municípios que deveriam funcionar como municípios-polo atraindo pessoas da região. Uma das razões - não a única - para “tão pouca oferta”, diante de tamanha demanda, encontra-se na incapacidade, em termos de mão-de-obra disponível no departamento e na própria universidade para atender com qualidade toda a demanda. Assim, dos quase 2000 professores interessados em cursar a Segunda Licenciatura em CS em 2015, menos de 100 foram contemplados, o que equivale a atender a apenas 5% dos interessados. Uma série de outros fatores contribuiu para que mesmo estes 3 municípios não fossem atendidos em 2015.

¹³ 19-10-2014. Conversa informal com Raimunda Marinho. Coordenadora do PROFEBPAR-UFMA entre 2009-2016.

O programa tem sido uma alternativa interessante a essa situação peculiar¹⁴ das ciências sociais no Maranhão, embora atenda a um público específico, qual seja, exclusivamente os professores da rede pública que estejam em sala de aula.

Por outro lado, não podemos minimizar o fato de que a dinâmica de funcionamento desses cursos tem um potencial para comprometer a formação dos novos quadros de professores de sociologia da rede pública de ensino, como argumentam alguns críticos¹⁵.

Entre os anos de 2009 e 2013 foram abertas sete turmas de Segunda Licenciatura em Ciências Sociais - Imperatriz (duas turmas), Coroatá, Lago da Pedra, Santa Inês, Codó e Presidente Médici - e foram formando 79 profissionais. O quadro abaixo apresenta um resumo das informações sobre as turmas.

Tabela 16: Segunda Licenciatura em Ciências Sociais PARFOR/PROFBPAR/UFMA/Ciências Sociais 2009-2016.

Semestre	Período de Realização	Município	Nº de matriculados	Nº de concluintes	Porcentagem de Formandos
2009.2	2009-2012	Imperatriz	40	22	55%
2010.2	2010-2013	Coroatá	46	21	47%
	2010-2014	Imperatriz	41	13	32%
	2010-2015	Lago da Pedra	56	14	25%
2012.2	2012-2015	Santa Inês	46	9	19,5%
2013.2	2013-2016	Codó	26	11	42,3%
	2013-2016	Presidente Médici	46	19	41,3%
Total			301	109	36,2% (média)

Fonte: Pesquisa Própria

A política pública com seus cursos de segunda licenciatura, ofertados a um público específico, flexível quanto a sua mobilidade de deslocar-se de município para município de maneira ágil, tem ajudado a amenizar a situação precária da falta de profissionais com formação específica em determinados componentes curriculares do

¹⁴ Peculiar porque, 1) sobram vagas nas universidades, 2) muitos profissionais estão desempregados em algumas regiões do Estado como a capital e alguns grandes municípios, 3) em extensas regiões do Estado não há um único profissional licenciado em CS atuando nas escolas. E 4) em algumas regiões do estado, abrem processos seletivos para a vaga de professor de sociologia e não aparecem candidatos para preenche-las.

¹⁵ As principais críticas que recaem sobre essa nova modalidade de formação, vieram do próprio Departamento de Sociologia. Sintetizo-as aqui: cursos aligeirados, aulas finais de semana e em locais inapropriados, precarização do ensino superior.

Ensino Médio (EM) maranhense, como é o caso de sociologia, mas também física, matemática, química, educação física, filosofia, história, entre outras licenciaturas.

Importa ponderar que, tão importante quanto apontar a existência dessa política pública é, em momento oportuno, realizar uma avaliação mais detalhada dos seus impactos no campo da sociologia, em especial, destacaríamos sua luta por reconhecimento no EM. Ainda nos faltam muitos elementos para essa análise e muitas questões estão em aberto tais como: a qualidade do que está sendo ensinado por esses profissionais? Métodos de ensino? Conteúdos que estão sendo ministrados? Utilização ou não do livro didático? Capacidade de transmissão dos conteúdos pelos professores? Articulação entre o conhecimento das teorias sociológicas e sua tradução para os objetivos da sociologia no EM? Estes profissionais formados estão assumindo realmente as disciplinas de sociologia nas escolas? Houve alguma mudança quanto ao status da disciplina e o reconhecimento de sua relevância na estrutura curricular com a ocupação da função por um profissional formado na área? Para estas questões ainda não temos respostas.

6. PROBLEMAS COM A CONSOLIDAÇÃO E A LEGITIMAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Finalizo esse texto com uma pequena reflexão que tentará articular o problema da legitimação da sociologia no Ensino Médio Brasileiro e a contribuição que políticas públicas que favoreçam a oferta de profissionais habilitados em CS ou sociologia podem dar a essa questão.

Até 2016, a sociologia tinha o seu espaço garantido na estrutura curricular do EM brasileiro, em 2017 essa frase não pode ser dita com tanta convicção. Mas a luta do campo por reconhecimento e legitimação social apenas iniciara suas primeiras batalhas. Muitas outras precisarão ser vencidas; algumas internas ao próprio campo, outras contra outros campos. Como exemplos destacaríamos a circunscrição de um campo do conhecimento específico e a disputa sobre quem tem legitimidade para ministrar a matéria.

No nosso entender, a presença de profissionais formados em Ciências Sociais/sociologia ocupando as disciplinas nas escolas teria um peso significativo na resolução de alguns problemas internos e externos ao campo da sociologia do EM. Quando colocamos em evidência a luta por reconhecimento e a mudança do status da sociologia no EM, na qual ela ocupa posição desprivilegiada, a ocupação das funções de sociologia por profissionais com capital cultural institucionalizado e, principalmente incorporado, para usar outra categoria de Bourdiesiana¹⁶ parece fundamental. Contudo, outras questões igualmente importantes merecem destaque tais como as levantadas por Oliveira (2013: 357),

A partir desse momento novos desafios são postos, pois, a questão deixa de ser apenas introduzir a Sociologia no currículo escolar, mas principalmente, leva a uma problematização em torno dos modelos formativos de professores existentes, bem como acerca das questões didáticas próprias da Sociologia e da construção de um currículo desta ciência.

Oliveira argumenta que o debate acerca da necessidade ou não de se possuir um currículo nacional ainda é incipiente na sociologia enquanto em outras áreas já está consolidado há décadas. E estes não são os únicos problemas, outros igualmente graves se destacam. Prado (2012, p.4) assevera que:

A partir de Bourdieu, a proposta é entender o processo de institucionalização e legitimação da Sociologia como uma disputa de campo, em que alguns “capitais simbólicos culturais” são mobilizados. Assim, o sucesso da inserção da sociologia no contexto oficial do Brasil, através da Educação Básica, vai depender da forma como se configurará a disputa pelo Campo Educação, que apresenta em suas estruturas uma certa classificação e hierarquização dos “capitais” que devem ser mobilizados. Evidentemente a lógica do campo da Educação sofre influências do grande campo Econômico, determinando assim a própria forma de mobilizar alguns “capitais”. Os “capitais” mobilizados para configurar e disputar espaço e poder no campo Educacional perpassam pela lógica do campo Econômico, e se apresentam com os seguintes aspectos: domínio e controle discursivo, a racionalidade fria e

¹⁶ Existe uma disputa no Brasil sobre quem pode/possui competências/habilidades para ministrar essa matéria, fato que está intimamente relacionado com o recente processo de institucionalização e a frágil situação de legitimação da disciplina na educação básica. Os pedagogos, por exemplo, historicamente reivindicam direitos - e até agora foram bem-sucedidos - fruto de crenças na existência de competências específicas para o exercício dessa atividade.

desencantada como forma de norma e lei; princípios orientadores e reguladores como forma de disciplinarização, de especialização, de produtividade e de objetividade; fiscalização e avaliações constantes dos processos; e a priorização da quantidade em detrimento da qualidade. Esses aspectos parecem constituir as bases que configuram o campo de disputa que a sociologia deverá inicialmente enfrentar, e para enfrentar deverá mobilizar “capitais culturais” que estão dentro do próprio campo, ou seja, deverá disputar de acordo com as regras do jogo, porém, sem desconsiderar uma possível autonomia dos agentes.

Ileizi Silva (2010: 10) aponta as demandas estruturais e institucionais que a Sociologia deverá enfrentar para configurar/fortalecer um campo legítimo na Educação brasileira:

Para cada ganho de espaço, outras demandas surgiram, tais como: necessidade de diretrizes e orientações para seleção de conteúdos e métodos de ensino, de materiais didáticos, de professores capacitados, de incremento nas licenciaturas dos cursos de Ciências Sociais, de espaços de formação continuada nas universidades, de elaboradores de questões para as provas de vestibulares, de concursos públicos para professores da disciplina, de professores de Sociologia para as burocracias educacionais, entre tantas outras demandas e desafios que se multiplicaram a partir dessa expansão crescente após 1996. Entretanto, conhecer o campo de luta, que é o currículo, nos ajuda a entender que toda essa expansão não significa consolidação definitiva da disciplina ou de seus conteúdos nas escolas. Lembrar de que como vem ocorrendo a legalização e a legitimação possibilita uma postura mais comedida diante do processo. Postura comedida no sentido de reconhecer que ainda temos que estar atentos às reformas educacionais, mudanças curriculares e alterações na conjuntura política do País e dos Estados. Além disso, é sensato admitir que temos que estruturar as áreas de metodologia e estágio nos departamentos de educação e de ciências sociais para garantir a formação inicial e continuada dos professores, nós temos que multiplicar a produção de materiais didáticos, negociar concursos públicos para professores licenciados na área, desenvolver a pesquisa sobre o ensino da Sociologia, entre outras tarefas.

Estas questões estruturais ainda não foram resolvidas e impactam diretamente o campo das CS no Ensino Médio brasileiro. Alguns autores, dentre eles, Moraes (2004), Carvalho (2004), Silva (2010), argumentam que a sociologia como disciplina curricular da Educação Básica no Brasil não revela ainda um mínimo de convergência de objetivos e de consenso prático do que seria um programa curricular nacional que aborde a realidade social dos brasileiros e atenda as demandas científicas da sociologia. Prado (2012; 3) argumenta que:

Embora o Ministério da Educação (MEC) tenha elaborado os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, que é um conjunto de documentos que indicam as bases teóricas que instruem a docência de cada uma das disciplinas no plano nacional, ainda não se observa na disciplina de sociologia uma prática orientadora que convirja a atuação dos professores de sociologia com pelo menos o mínimo de consenso do que deve ser ensinado e como deve ser ensinado e estrategicamente esse deve ser o foco dos futuros esforços dos professores de sociologia e cientistas sociais.

Segundo o autor, os conteúdos da Sociologia e as formas de ensiná-la na Educação Básica no Brasil ainda não é unívoca e convergente. Ele pondera que:

Evidentemente que é uma expressão da própria condição sociológica, na qual admite a existência de diversas interpretações e explicações, que por sua vez não são vazias de sentido político. A sociologia enquanto uma “ciência de referência” coexiste com variadas formas e conteúdos sociológicos, que configuram campo e marcam posições políticas. O ensino de sociologia, evidentemente, é influenciado pela lógica de disputa que impera nos meios científicos e políticos da sociologia. A proposta não é anular esse conflito central para o desenvolvimento científico da sociologia, mas apontar que o processo de institucionalização e legitimação da sociologia na Educação Básica exige estrategicamente um consenso de conteúdos e formas que irão configurar a disciplina de sociologia no Ensino Médio em todo o Brasil. (PRADO, 2012: 7)

Enquanto não existe solução para problemas como estes, a disciplina segue capengando nas escolas brasileiras e maranhenses, sendo oferecidas a qualquer professor que afirma possuir habilidades para ministrá-la¹⁷. E mesmo quando as

¹⁷ Segundo o Levantamento de um grupo de estudantes de licenciatura em Ciências Sociais da UFMG (SOCIOLOGIA LICENCIATURA – SOL), em 2010, por exemplo, a Secretaria de Estado da Educação de MG – SEE/MG editou a resolução 1256 que tratava da distribuição de turmas, aulas e funções. Nesta resolução, os artigos 09 e 10 determinavam os critérios de distribuição de aulas aos professores efetivos, efetivados pela lei 100 de 2007 e aos autorizados pela SEE a lecionar, através do “CAT”. **Com prioridade de aulas para os professores efetivos, mesmo quando não habilitado na disciplina.** O grupo de alunos denunciava que: “Baseado nesta resolução, “a direção das escolas Estaduais, pelo menos em Belo Horizonte e região, recebeu orientações para distribuir as aulas de SOCIOLOGIA a professores NÃO HABILITADOS nestas disciplinas, mas efetivos no Estado. São professores de outras disciplinas como Geografia, Português, Espanhol, Literatura, Física e Educação Física que estão em situação de excedentes nas escolas ou com cargos incompletos e que por isso, foram autorizados, através do “CAT”, pela SEE/MG a ministrarem aulas de Sociologia **prioritariamente**, em detrimento aos professores habilitados nestas disciplinas que, inclusive, se encontram em exercício nas escolas com um número reduzido de aulas”.

funções são ocupadas por profissionais formados, não há balizas orientadoras das práticas de ensino a não ser o livro didático.

A persistência destes problemas indica que o campo em questão não conseguiu avançar em pontos nodais de sua estrutura. Não por acaso, a disciplina mais uma encontra-se ameaçada de sair d grade curricular pela reformulação curricular do Ensino Médio promovido pelo Governo de Michel Temer. A falta de balizas orientadoras das práticas de ensino é reflexo, também, da inexistência de parâmetros curriculares mínimos que deveriam estruturar os cursos de licenciatura, dada a falta de consenso no próprio campo. Um exemplo disso são os projetos político pedagógicos dos cursos de licenciatura em sociologia e CS oferecidos no maranhão pelas instituições acima arroladas (públicas e privadas, presenciais e a distância). Os currículos não seguem nenhuma orientação geral, não existe um tronco comum como em outros campos de ensino, e as disciplinas, mesmo as que possuem nomenclaturas idênticas, em suas ementas discutem conteúdos bem diferentes. As grades curriculares de alguns, como os das IES, estão mais próximas da pedagogia do que das CS.

CONCLUSÃO

Os últimos anos (2006-2016) foram marcados pelo aumento da oferta de cursos e vagas em CS e sociologia no ensino superior brasileiro e maranhense, apontando para o aumento do número de profissionais formados em CS, em tese, prontos a ocupar as funções docentes de sociologia no EM brasileiro. Políticas públicas como as de expansão e interiorização das universidades públicas, bem como as que criaram o PROFEBPAR, e as que permitiram a ampliação quase infinita do número de vagas nos cursos a distância das instituições privadas, tem o mérito de auxiliar e fortalecer momentaneamente o campo das ciências sociais no Brasil historicamente carente desses profissionais. Essa política pública de expansão poderá fortalecer a luta nacional das CS, para colocar um profissional habilitado e legitimado a ocupar um espaço até o momento preenchido por profissionais sem formação especializada.

Obviamente a legitimação social da disciplina não será resolvida com a simples nomeação de um licenciado em sociologia a ocupar a função nas escolas. Questões

como a delimitação das fronteiras desse campo, sua especificidade, seu currículo, suas metodologias de ensino e muitas outras, ainda estão longe de uma resolução ou um mínimo de consenso. Infelizmente, muitos departamentos de Ciências Sociais que formam licenciados sequer se deram conta destas questões e é vergonhosa a desarticulação nacional para resolvê-las.

REFERÊNCIAS

- BRASIL.MEC.CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998.
- BRASIL.MEC.CNE. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Área Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, DF, 1999.
- CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (org). Sociologia e Ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí, RS: Ed. UNIJUI, 2004. 392p.
- CARVALHO, Juarez Lopez de. O Ensino de Sociologia Como Problema Epistemológico e Sociológico. Educação e Realidade. V39, N.1, 2014.
- CASTRO, Elizabeth de Jesus. Sociologia e Currículo. Um estudo no Centro de Ensino Maria do Socorro Almeida Ribeiro – Maracaçumé Ma. Monografia de Conclusão de curso. Curso de Segunda Licenciatura em Ciências Sociais – PROFEBPARUFMA. São Luis. 2015.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação. Porto Alegre. Vol. 2. pp. 177-229. 1990.
- COELHO, E. M. B. As ciências sociais no Maranhão. In: Coelho, EMB.; Faria, RHM de. (Org.). Saberes e fazeres em construção: Maranhão, séculos XIX-XXI. 1ed. São Luis: Edufma/CNPq, 2011, v. 1,
- Diretrizes curriculares de Sociologia Para o ensino médio – Paraná . Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/livro_e_diretrizes/diretrizes/diretrizessociologia72008.pdf
- FERNANDES, Florestan. A Sociologia no Brasil. Petrópolis-RJ, Vozes, 1980.
- INFORME ESTATÍSTICO Maranhão 2009 IN: <http://www.educacao.ma.gov.br/Documentos/INFORME%20estatistico%202009.pdf>
- INFORME ESTADÍSTICO MARANHÃO 2012 IN: http://www.educacao.ma.gov.br/Documentos/INFORME_2012.pdf
- HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (orgs.). A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.
- HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa (Orgs.). Dilemas Sociologia e perspectivas da sociologia na educação básica. Rio de Janeiro: Quartet, 2012.
- MORAES, Amaury César; GUIMARAES, Elisabeth Fonseca; TOMAZI, Nelson Dácio. Sociologia. In: MEC.SEB.Depto. de POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO. Orientações Curriculares do Ensino Médio. Brasília-DF, 2004, pp 343-372. (400p.)

MORAES, Amaury. Licenciatura em Ciências Sociais e Ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. In: Tempo Social, vol. 15, n.º 1, p.5-20, São Paulo, FFLCH-USP, 2003.

_____. O Veto de FHC: Os Sentidos de um Gesto. In CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (Org.) Sociologia e Ensino em Debate. Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ijuí. Ed. Inijuí.2004. pg105-111.

OCNS Orientações curriculares nacionais para o ensino médio (2006): Ciências humanas e suas tecnologias. v. 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: Acesso em 01 de agosto de 2012.

OLIVEIRA, Amurabi O Currículo de Sociologia na Escola: um campo em construção (e disputa). Revista Espaço do Currículo (Online), v. 6, p. 355-366, 2013.

----- Ensino de Sociologia: Desafios epistemológicos para o ensino médio. Revista Espaço Acadêmico (UEM), v. Ano x, p. 115-121, 2011.

----- Sentidos e Dilemas do Ensino de Sociologia: Um Olhar Sociológico. Interlegere (UFRN), v. s/v, p. 25-39, 2011

PCNS - Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio (1996) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2012.

PRADO. Gregório, Antonio Fominsk A Institucionalização e a legitimação da sociologia na educação básica ; construindo estratégias a partir da sociologia do currículo da disciplina. Revista eletrônica pró-docência EL. Edição N 2. V. 1 . jul a dezembro de 2012.

Proposta Programática do Ensino de Sociologia e Sociologia da Educação - Santa Catarina. Disponível em:

www.sed.sc.gov.br/secretaria/documentos/doc_download/388-propostaprogramatica-do-ensino-de-sociologia-e-sociologia-da-educacao

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli – O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. Coleção Explorando o Ensino – Sociologia : ensino médio / Coordenação Amaury César Moraes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; volume 15).

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; MARTINS, H. H. T. S. Ciências Sociais e o Ensino de Sociologia. Revista Brasileira de Sociologia, v. 2, p. 5-12, 2014.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; VICENTE, D. V. . QUADRO NACIONAL DOS DOCENTES DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE ENTRE TEXTOS, DADOS E CONTEXTOS. O Público e o Privado (UECE), v. 24, p. 36-47, 2014

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; GONCALVES, D. N. . A sociologia de volta à escola: um balanço provisório. Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 45, p. 277-284-284, 2014.

<http://www.cep.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78>